



Artigos científicos: a saga da autoria e co-autoria¹

Maria das Graças TARGINO²
Universidade Federal do Piauí

Resumo

Diante da multiplicidade de recursos tecnológicos inseridos na cultura contemporânea (pós-moderna) e das infindas transformações daí advindas, de caráter social, cultural, econômico e político, a atividade autora sofre mutações. Estas conduzem a questionamentos acerca da concepção de autoria, em geral, e, em particular, das publicações científicas, com ênfase para os artigos de periódicos. Assim, o *paper* discute o processo de autoria, enfatizando as mutações conceituais, responsáveis pela desconstrução de seus fundamentos, além das implicações inerentes à co-autoria

Palavras-chave

Produção técnico-científica – autoria e co-autoria; Comunicação científica; Autoria; Textos técnico-científicos – autoria.

Iniciando

Um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas esse destino não pode mais ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é apenas esse alguém que mantém reunidos em um único campo todos os traços de que é constituído o escrito. (BARTHES, 1998, p. 70)

Há muito tempo atrás, dizia-se à boca pequena: “*o homem se realiza, quando tem um filho, planta uma árvore, escreve um livro.*” Ora, sem discutir a complexidade que envolve o processo de realização do ser humano e a defasagem desta assertiva, reconhecemos que, hoje, há facilidades sociais e médicas para a geração de filhos. O plantio de árvores simboliza a força da ecologia na contemporaneidade. Escrever um livro significa tão-somente lançar mão dos recursos ora disponíveis, haja vista que as

¹ Trabalho apresentado ao NP 09 – Comunicação Científica e Ambiental, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Deve ser editado como capítulo do livro: *Revistas científicas em comunicação: do impresso ao eletrônico.*

² Após 25 anos de atuação na Universidade Federal do Piauí, no momento atual, na condição de Doutora em Ciência da Informação (Universidade de Brasília), atua como professora em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* em universidades do Nordeste, além de ter sido bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Produtividade em Pesquisa, até março de 2005. Além da docência, dedica-se à pesquisa científica. *E-mail:* gracatargino@hotmail.com.



inovações tecnológicas ampliam as possibilidades da produção cultural, artística e científica.

De fato, a história da autoria é interessante e rica. Traçada com mais ou menos profundidade por estudiosos de áreas distintas, como Calvino (2000), Foucault (1992) e Meadows (1999), expõe, a princípio, o poder dos escribas e exegetas, que, à época, com relativa frequência, alteram os textos que copiam, e se tornam, assim, co-autores. Segue, então, a visão mística, difundida pelo Cristianismo, na Idade Média, por Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho, para quem, a leitura tanto do livro da natureza como da palavra revelada, é, essencialmente, uma obra de Deus, o que dá somente a Ele o dom da autoria.

No entanto, a escrita e a tipografia impõem uma nova concepção de autor na Idade Moderna, graças ao nível vertiginoso da especialização do conhecimento humano, dando lugar à divisão de trabalho e segmentação de atividades. Como decorrência, os autores profanos assumem a criação. Mas o fazem, quase sempre, individualmente. Sua obra, literária, artística ou científica, é, antes de tudo, a propagação do seu eu, o que demanda unidade estilística, coerência conceptual e originalidade, mas lhe confere *status*, prestígio, poder e, sobretudo, autoridade. É o autor-deus! É o refrão de outrora: “*está escrito*”, e como tal, é incontestável e imaculado!

Entre os séculos XVIII e XIX, diante das imposições mercadológicas a todos os setores de produção, o autor se converte num produtor para o mercado e as publicações em meras mercadorias. É a necessidade de proteção à propriedade intelectual. É a necessidade de uma legislação pro autores. É a necessidade de editores e agentes publicitários que zelem pelos textos produzidos. Enfim, é o estabelecimento de um mercado editorial, em que o livro figura como produto cultural, à semelhança de filmes, peças teatrais, pinturas etc. É o pacto que posiciona autor, de um lado; leitor, de outro. É a produção de um lado; o consumo, do outro, como explicita o texto *O Autor* (2004).

Aliás, Foucault (1992) ressalta que, historicamente, as publicações passam a ter autor somente quando se tornam transgressoras, e, portanto, passíveis de punição. Na Antiguidade, por exemplo, os textos literários circulam no anonimato, sem problemas. Em contraposição, pela própria concepção da ciência, instituição social, dinâmica e cumulativa, que estimula a evolução humana, estabelecendo as verdades fundamentais de cada época, dos textos científicos sempre se exigiu a identificação do autor. Autor, enquanto elemento essencial ao processo de corroboração ou refutação de hipóteses e teorias, sob o olhar vigilante dos pares, porquanto, como difundido na comunidade



científica, o verdadeiro pesquisador é quem nutre o interesse permanente em contestar o trabalho do vizinho.

Entretanto, diante da multiplicidade de recursos tecnológicos inseridos na cultura contemporânea (pós-moderna) e das infindas transformações daí advindas, de caráter social, cultural, econômico e político, a atividade autora também sofre mutações. Estas conduzem a questionamentos acerca da concepção de autoria, em geral, e, em particular, das publicações científicas, com ênfase para os artigos de periódicos. Levantamos, pois, a seguir, pontos de discussão acerca do processo de autoria, enfatizando as mutações conceptuais, responsáveis pela desconstrução de seus fundamentos, a qual conduz, por sua vez, à necessidade de pensar novos conceitos, embora não definitivos, até porque sujeitos a riscos e questionamentos.

Conceito de autoria: em mutação ou em desconstrução?

A princípio, a autoria remete à individualidade, ou seja, à identidade formalizada do autor em sua suposta objetividade, pressupondo o binômio autor x obra ou sujeito x objeto. A esta premissa de uma ciência neutra e purista, em que objeto e sujeito não se fundem em qualquer instância, se soma a idéia da produção intelectual como única, original, íntegra e permanente. E mais, é a concepção de autoria num contexto de obediência irretocável aos contratos éticos, sociais e jurídicos pertinentes, em perfeita sintonia com o Estado e com as exigências mercadológicas (ANTONIO, 2004).

Ora, sem dúvida, este conceito de autoria em toda sua complexidade, na atualidade, está totalmente desfigurado. Em primeiro lugar, a pretensa individualidade vem à deriva, dando lugar a obras resultantes do esforço conjunto de um grupo de criadores, entre escritores, produtores, artistas, músicos, fotógrafos, enquanto autores de filmes, textos eletrônicos, conexões entre discursos etc. Como consequência, nem estes modos de expressão, nem estas produções e nem a sua leitura se dão de forma linear e unívoca. No entanto, o que parece peculiar à produção cultural atinge em cheio à formulação de novos conhecimentos científicos. Isto porque, há, cada vez mais, ao lado desta heterogeneidade cultural, um nítido pluralismo de teorias e paradigmas científicos que sobrevivem concomitantemente, além de uma mobilidade e redefinição crescente da verdade científica. É a confirmação do método científico como processo de ensaio e erro. É o avanço científico como processo cumulativo oriundo da negação de hipóteses e teorias, cuja rejeição aproxima o homem da verdade, ainda que provisória e mutável,



por ser histórica, e, por conseguinte, redefinível a qualquer momento. É a temporalidade da ciência. É a desatualização veloz dos achados científicos, e, portanto, dos artigos.

Em segundo lugar, os autores dos textos científicos não podem refutar a ideologização da ciência. Se o fazem, contestam a sua condição de ser humano, dotado de ideais, crenças, valores, idéias, enfim, de uma ideologia intrinsecamente enraizada ao seu fazer, saber e ser. Sob tal perspectiva, sem pregar a utopia de uma ciência neutra, resta ao pesquisador uma só opção: “*domar*” a carga ideológica que carrega consigo, para impedir que contamine pesquisas e resultados. É reconhecer a sua existência e o dano que representa para a produção científica, sem deixar, no entanto, se vencer por ela.

Em terceiro lugar, o modo de pensar a autoria ligada à produção intelectual como única, original, íntegra e permanente rechaça a essência da ciência. Ciência como desvendamento e apreensão da natureza e de seus fenômenos mediante métodos sistemáticos e seguros. Mas a dinamicidade intrínseca da própria natureza determina que os resultados da ciência sejam sempre temporários, como já dito. E se dinamicidade e interinidade lhe caracterizam como processo de construção, parece óbvio que a autoria de qualquer texto, no âmbito da ciência, decorre de conhecimentos pré-existentes, a tal ponto que a originalidade em ciência é sempre relativa e nunca, absoluta. Absoluta como sinônimo de incondicional, superior, única, incontestável, plena, íntegra, permanente, completa ou cabal.

É o que Roland Barthes (1998, p. 68-69) também enfatiza. Em sua visão, todo discurso, textual ou não, ao tempo em que pretende comunicar ou produzir sentido, objetiva, sempre, repassar valores ideológicos. O autor é, antes de tudo, um sujeito social, e, assim sendo, historicamente construído. Configura-se como produto do ato de escrever (artigos ou não). Logo, é o ato de escrever que forja o autor e não o autor que forja o ato de escrever, o que justifica a transcrição de sua fala, ainda que de teor genérico:

[...] um texto não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira teológico (que seria a “*mensagem*” do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é *original* (grifo nosso): o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura [...] O escritor só pode imitar um gesto sempre anterior, jamais original [...]



Neste sentido, o racionalismo de Kant e o absolutismo de Hegel são agora substituídos por formas de pensar mais livres e mais flexíveis, que distanciam o cientista de uma visão dionisíaca ou da falsa idéia de transcendência e superioridade em relação à natureza. Para Antonio (2004), é como se a sociedade contemporânea retomasse as rédeas do iluminismo ou filosofia das luzes (século XVIII), caracterizado, ao mesmo tempo, pela confiança no progresso e na razão, mas, sobretudo, pelo incentivo à liberdade de pensamento, em consonância com o racionalismo, que privilegia o cognoscível pela razão ou inteligência. É, pois, a possibilidade de conviver com múltiplas verdades. É a morte do absoluto, implacável, inabalável, austero e rígido.

Então, se o respeito às diferenças de pensamento persistir, se o respeito ao outro ocupar lugar de destaque, o pesquisador se aproxima facilmente do ideal de uma autoria atrelada aos contratos éticos, sociais e jurídicos vigentes, em sintonia com o Estado e com as exigências mercadológicas. Tudo isto em todas as etapas de sua produção, indo desde a concepção da idéia e definição dos objetivos, passando pela definição dos procedimentos metodológicos, continuando ao longo da análise e interpretação dos dados até a redação preliminar e final dos artigos científicos.

Em suma, a reflexão contemporânea acerca das particularidades da autoria dos textos em geral, e dos artigos científicos, em particular, diante das facilidades tecnológicas que incrementam a produção editorial e das experiências hipertextuais, desconstrói o conceito de autoria até então vigente. Mas, não oferece alternativa. Ao contrário, chama a atenção para o fato de que, “[...] à medida que se vai desfazendo o modelo de personalidade integrada e individual do autor, os direitos do autor como entidade permanente também se tornam mais evanescentes e difíceis de definir.” (HEIM, *apud* LANDOW, 1995, p. 243), o que pode representar uma nova construção, mas também, um risco.

Conceito de autoria: em construção ou em risco?

Hipertexto e suas implicações

Em relação às múltiplas possibilidades oferecidas pelo hipertexto, seja no caso da produção científica ou não, disponibilizada no espaço cibernético, a mudança mais significativa é o entrelaçamento entre as funções de autor e as de leitor. Os hipertextos transferem parte do “*poder*” do autor para o leitor. Este, agora, determina a sua



trajetória de leitura, elaborando um metatexto: faz anotações, estabelece interconexões com outros documentos do mesmo autor ou de outros. Para Foucault (1992), o texto é, agora, capturado num sistema de referências com outros textos disponibilizados em rede, onde existe um número infinito de espaços e “*mundos impossíveis*”. Esta intervenção, sem dúvida, torna o acesso à informação, rápido e abrangente, mas, sobretudo, transforma o leitor num construtor de sentidos, como Barthes (1998) apregoa, reduzindo a autonomia dos textos, e, por conseguinte, dos próprios autores.

Ao definir a sua rota de leitura em meio a textos e autores, o leitor-usuário concebe um novo sentido ao texto proposto, ou seja, um sentido pessoal, que pode transformar o texto original num novo texto, dentro do processo de leitura-escritura (O AUTOR, 2004). Sem dúvida, a informalidade das relações então estabelecidas, o conflito permanente entre teorias e preceitos, a desobediência a regras pré-fixadas, a impossibilidade de linhas de pensamento hegemônicas conduzem não somente a novas formas de geração e assimilação de conhecimentos, mas também, a novas formas de agir, de pensar e de viver.

No entanto, as chances de definir esses padrões pessoais de leitura e de “*passeios*” além dos textos previamente escritos, rompendo as barreiras antes estabelecidas, requer do leitor-escritor habilidade e treinamento, o que é, cada vez mais facilitado diante dos recursos tecnológicos amigáveis. Mesmo assim, para usufruir todas as possibilidades disponíveis em rede, de forma racional e ágil, o usuário precisa aprimorar sua postura seletiva, recorrendo a mecanismos distintos, que incluem desde o simples hábito de leitura de resumos / *abstracts* à priorização de *sites* e publicações com credibilidade. E, em meio a esta possibilidade de experimentações e produções compartilhadas, há, subjacente, uma questão mais complexa: a propriedade intelectual. De um lado, estão autores, editores, distribuidores e programadores de *softwares*, reclamando seus direitos, dentro da legislação e dos preceitos éticos. Do outro lado, estão os internautas, encantados diante da oportunidade que se lhes apresenta de se tornarem, quase que, simultaneamente, autores, leitores, editores e distribuidores.

Isto significa que o hipertexto demanda cuidados. Há o rompimento da autoria como processo que outorga ao indivíduo certa singularidade, autenticidade, distinção e permanência. Há o perigo de tantas facilidades para alcançar o *status* de sujeito, e não mais de objeto, cercearem a criatividade do leitor, haja vista que está tudo quase pronto, quase finito. Há, ainda, o estímulo à horizontalização da leitura, iniciada com a prática, rapidamente disseminada nas instituições brasileiras de ensino superior, da leitura de



fragmentos de publicações. Esta compromete o processo de informação e conhecimento, pois impossibilita o aprofundamento dos temas estudados e acentua a falta de interesse por obras densas ou de conteúdo clássico, essenciais à formação de qualquer profissional.

No entanto, mais grave do que tudo isto é a facilidade de desrespeitar a produção do outro, pela mera apropriação ou distorção de significados. No entanto, é imprescindível lembrar que se trata tão-somente de maior facilidade para a falsificação, adulteração e apropriação da criação do outro, pois o embuste e a falcatrua sempre existiram no processo de criação, e, portanto, de autoria, mesmo no contexto da produção científica não eletrônica, como a grande imprensa, nacional e internacional denuncia, com frequência.

São muitas os registros sobre fraudes envolvendo textos científicos, inclusive artigos. É o famoso caso do norte-americano John Darsee, anos 80, flagrado “*fabricando*” dados de numerosos artigos científicos, a tal ponto que seus *papers* receberam o total de 328 citações, entre 1982 a 1990, no renomado *Science Citation Index* (KOCHAN; BUDD, 1992). É o caso (década de 90) de uma coordenadora de pós-graduação do Instituto de Psicologia da respeitada Universidade de São Paulo, que compila de colegas brasileiros e estrangeiros um terço de um capítulo de livro sob sua autoria, ou seja, 140 linhas coladas, na íntegra, e 35, parcialmente (ALTMAN, 1994). É o escândalo quase inacreditável envolvendo o alemão Hendrik Schön (32 anos), dos famosos Laboratórios Bell, Nova York, cotado para o Prêmio Nobel de Física, quando, em 2002, uma comissão de investigação prova que 16 de 24 dos seus trabalhos publicados, entre 1999 a 2001, são meras falsificações (ARTHUR, 2003). Há muito mais. Até mesmo um *e-mail* recente, ano 2004, em que docentes de uma universidade estadual brasileira solicitam orientação de como agir diante da inclusão num CD alusivo a um conceituado congresso nacional brasileiro em comunicação, de *paper* contendo relato “*vivenciado*” por um colega, quando, na realidade, a experiência de extensão nem sequer existiu. É a alocação em rede de textos, com autores “*trocados*” ou fictícios. É a construção de textos “*colcha de retalho*”, elaborados com parágrafos copiados *ipsis litteris* de trechos distintos disponibilizados...

Decerto, tais perigos, presentes nas duas dimensões – impressa e eletrônica – assumem dimensão ainda mais séria, em se tratando da produção científica, face à missão dos cientistas, como produtores de conhecimento, no sentido estrito do termo. Tradicionalmente, o periódico científico e, portanto, o seu artigo, caracteriza-se pela



cientificidade, garantida por critérios que incluem cumprimento de normas rígidas de conduta ética, padrões de excelência, adoção de métodos científicos rígidos, utilização de mecanismos de controle e aferição de qualidade das informações, mediante a aprovação da comunidade científica, o que significa reconhecimento do processo de autoria. Assim sendo, um artigo científico não expressa apenas a opinião de seu autor, mas carrega consigo a chancela da comunidade científica, mediante o processo de avaliação a que impreterivelmente é submetido, e que envolve, em termos ideais, os representantes de maior respeitabilidade das respectivas especialidades.

Tais critérios de cientificidade devem estar presentes nos artigos eletrônicos científicos, os quais, parecem conquistar, pouco a pouco, a adesão dos cientistas. Isto porque, em 1998, segundo dados de Targino, dentre 564 pesquisadores brasileiros, a maioria se mostrava reticente ante o avanço do periódico científico em rede, julgando-o inadequado à divulgação de trabalhos sérios, restringindo-se, à época, a usar a internet quase que exclusivamente para o serviço de correio eletrônico. Hoje, mesmo os mais temerosos passam a reconhecer o espaço virtual como um recurso a mais para difundir suas investigações, admitindo a possibilidade de intercâmbio entre autores, leitores, editores, *referees* e demais participantes do processo de editoração, numa interatividade, que favorece até a veiculação de comentários de pareceristas e respostas de autores. É a chance de integração e interação entre usuário e periódico, autor e leitor, impossível via material impresso, e que representa a verdadeira dimensão revolucionária das redes eletrônicas no que concerne à comunicação científica.

Co-autoria e suas implicações

Entretanto, ao contrário do que se pode pensar, a adesão crescente à co-autoria não é consequência direta da expansão da Internet ou das facilidades hipertextuais. A princípio, decorre dos elementos antes mencionados: a especialização crescente e inevitável dos ramos do saber e a evolução científica e tecnológica, em termos genéricos. A estes, soma-se o aumento da institucionalização e da racionalização do suporte econômico da investigação científica, com a profissionalização da ciência e consequente remuneração, como Schubert e Braun (1990) chamam a atenção. Em outras palavras, a edição de um artigo científico, além de confirmar competência, pode, agora, assegurar empregos, e quiçá, prêmios e recompensas variadas. Ademais, a política



vigente das agências de fomento também concorre para a crescente autoria múltipla, priorizando os projetos integrados de pesquisa em vez de trabalhos individuais.

A este respeito, Meadows (1999) afirma que a co-autoria sempre existiu, citando exemplos clássicos, como a descoberta sobre o *deoxyribonucleic acid* (DNA), 1953, por Francis Crick e James Watson e a produção de uma equipe de matemáticos, predominantemente franceses, divulgada sob o pseudônimo de Bourbaki, em 1939. De fato, a autoria múltipla ganha força, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial, com destaque para a física nuclear e ciência espacial, alcançando o seu ápice, agora, na sociedade pós-moderna, com a possibilidade de integração e interação entre usuário e periódico, autor e leitor, tônica da esfera eletrônica, como visto anteriormente. Recorrendo a dados mensuráveis referentes a distintas áreas, a números também distintos de autores e a distintos tipos de colaboradores, esse teórico comprova a ascensão significativa da autoria em parceria, atingindo pesquisas acadêmicas e industriais. O “*cientista maluco, solitário e excêntrico*” dá lugar às primeiras tentativas de um trabalho coletivo, em torno de um pesquisador-líder, até se chegar à denominada ciência acadêmica, enquanto ciência organizada, estágio que prevalece na atualidade.

Assim, em quase todas as grandes áreas de conhecimento prevalecem os trabalhos em colaboração. A única exceção fica por conta das Ciências Humanas e Sociais (CHS), em que, grosso modo, persiste a autoria individual. A explicação possível está no fato de que nelas a produção de artigos assume relevância menor do que o livro, devido à natureza da maioria das pesquisas. Estas demandam um nível de elaboração interpretativa dos dados muito mais denso do que aquele que caracteriza a divulgação dos resultados de pesquisa nos outros campos. Demandam mais tempo de elaboração (reflexão e redação) e são mais analíticas, o que não se presta ao limite de 10 a 15 laudas, comum aos periódicos científicos, sem o risco de comprometimento do conteúdo.

Esta posição encontra apoio em Cláudio de Moura Castro (1986, *apud* Targino, 1998) e em Meadows (1999), para quem as CHS ainda têm no livro o veículo de comunicação formal mais freqüente, alcançando cerca de 14% em confronto com 1% para as ciências básicas (biológicas, exatas e da terra), e 4%, para as demais. Estudo recente feito por Bohn (2003) confirma esta tendência, ou seja, ao analisar a questão da autoria em periódicos de ciência da informação, comprova a prevalência da autoria individual, embora registre que a diferença tende a decair a favor da produção em parceria.



Ainda para Meadows (1999), as pesquisas em colaboração têm maior visibilidade, levando em conta o número de citações que recebem, e tendem a ser de melhor qualidade, pois, em geral, envolvem cientistas produtivos e de renome, o que estimula a maturação mais consistente das idéias. Antonio (2004) e D. J. de S. Price, considerado um clássico no campo da comunicação científica, reiteram esta idéia. O primeiro vê nos artigos elaborados em equipe a oportunidade de definição do perfil da “*genealogia*” do próprio texto e dos autores. O segundo prevê até mesmo a extinção da autoria isolada, assegurando que o número de artigos com três autores aumenta mais rapidamente do que o de dois; o de quatro, mais do que o de três, e assim por diante. Para ele, “é [...] uma das transições mais violentas que se pode medir na evolução recente da mão-de-obra e da literatura científicas.” (PRICE, 1976, p. 56).

Ora, não obstante a percepção dos três autores supracitados, não se trata de uma posição consensual. Bridgstock (1991, *apud* TARGINO, 1998), por exemplo, ao analisar 656 artigos produzidos em quatro periódicos científicos da Austrália, não confirma a excelência dos artigos com mais de um autor, se comparados com os individuais.

Ademais, autoria e co-autoria da produção científica estão, irremediavelmente, condicionadas à pressão social e profissional para que se publique. É a vigência de um sistema de avaliação de desempenho calcado na produção científica de pesquisadores e professores, à semelhança da *Gratificação de Estímulo à Docência* (GED), adotada nas universidades federais brasileiras: ganha mais quem publica mais. Esta medida que, grosso modo, desconsidera as distinções entre áreas, temas e objetos de estudo, termina por incentivar uma produção calcada na quantificação, relegando-se a qualidade. Para Carvalho e Vieira (2003), os pesquisadores e acadêmicos contemporâneos, tal como ocorre nas indústrias, estão entrando numa cadeia de produção, cujos analistas dão ênfase à visibilidade quantitativa em detrimento da profundidade de conteúdos, desconsiderando a verdade irrefutável de que a produção do conhecimento genuíno, criativo e teórico precisa de um tempo diferente daquele de produção de massa.

Admitir como verdadeira a relação conceito *versus* produtividade é aceitar pacificamente a “*indústria da pesquisa de papéis*” ou a “*indústria de produção*”, extremamente nociva para o avanço da ciência. A pesquisa científica substitui, então, o seu objetivo máximo – busca de respostas para um problema determinado –, pela produção meramente quantitativa de artigos e *papers*, com a intenção primordial de garantir pontos para ascensão profissional, conceitos mais elevados para os programas



de pós-graduação e concessão de benefícios, numa ostensiva deformação do processo de autoria. O pesquisador acaba transferindo para a elaboração de “*novos*” artigos um tempo que poderia dedicar à solução de questões de ordem social, cultural, econômica e tecnológica. Se tem um mesmo trabalho publicado em diferentes revistas com diferentes títulos; um mesmo trabalho com nova “*roupagem*”; um mesmo trabalho, cujos autores aparecem em ordem distinta a cada congresso e assim por diante.

São colocações que evidenciam como é possível desconstruir a concepção de autoria, independente do suporte – impresso ou eletrônico. A elas, soma-se a “*camaradagem*” que “*justifica*” o acréscimo do nome de colegas aos textos (artigos ou não) científicos, para que eles sejam beneficiados. É o incentivo à banalização e ao desrespeito à autoria, que pressupõe, como visto, no mínimo, a participação efetiva em todas as etapas de produção, pelo menos na esfera dos impressos. É o fortalecimento do parasitismo intelectual ou da autoria irresponsável, no dizer de Huth (1986), cuja origem, salvo exceções, acontece ainda no ensino médio e na graduação, com a prática de trabalhos de equipe, que correspondem a um “*faz de conta*”, no binômio ensino-aprendizagem.

Por outro lado, em se tratando de colaborações reais, a ordem de autoria deve ser fixada segundo o grau de participação de cada sujeito, no planejamento, na execução da pesquisa propriamente dita, inclusive na redação do texto, o que demanda acerto prévio para evitar aborrecimentos futuros e comportamentos aéticos. Em outras palavras, quem assume a coordenação ou a liderança deve ser o primeiro a ser citado, seguido dos demais, de acordo com o mesmo critério. Se a contribuição ocorre de forma similar (o que é difícil), a ordem dos autores deve ser alfabética pelos respectivos sobrenomes.

Mas, a bem da verdade, a ordenação não se dá de forma tão linear. Há, às vezes, a “*comodidade*” de colocar o pesquisador de titulação mais elevada ou de maior projeção em destaque, qualquer que tenha sido o seu papel na produção do artigo científico, a fim de facilitar a tramitação editorial. Os periódicos, nacionais e internacionais, tendem a privilegiar os de maior “*patente*”, da mesma forma que as agências de financiamento, em nível nacional, o fazem. Há também outras situações. Superiores hierárquicos ou (ex-) orientadores, por exemplo, “*sugerem*” a inclusão do seu nome, numa prova inequívoca das distorções que rondam o processo de autoria. É o chamado “*efeito Mateus*”, discutido ao longo das normas comportamentais dos cientistas. Trata-se de uma analogia ao *Evangelho Segundo São Mateus*, em que os melhores se tornam melhores, e os mais fracos, mais fracos ainda, pois a cada um que



tem, será dado mais, mas daquele que não tem, será retirado mesmo o pouco que ele tem (TARGINO, 2003).

De qualquer forma, o mínimo esperado é que revisores, normalizadores, estatísticos, digitadores, desenhistas, copidesques e orientadores não sejam incluídos como autores, o que constitui bom senso e capacidade de discernimento, além de combate à autoria irresponsável, denunciada, com veemência, por Huth (1986).

Finalizando

Em suma, o problema da autoria e da subjetividade assume contornos distintos em cada uma das esferas, impressa e virtual, prevalecendo nesta última, o aspecto multifuncional, uma vez que o indivíduo pode exercer papéis distintos, que variam entre as categorias amplas de produtor e consumidor. Mesmo assim, em qualquer situação, a autoria persiste vinculada à ética, o que garante aos autores o direito inalienável de manter o seu nome associado à sua criação e por ela receber os respectivos créditos, independente do suporte físico. Nesta perspectiva, mesmo se o espaço virtual ou, especificamente, a internet favorece a produção coletiva, multifacetada, volátil ou fugaz, há que se preservar o patrimônio intelectual, cultural e científico das nações e dos povos. Logo, é utopia pensar que é possível prescindir da autoria, sobretudo, no caso da produção científica.

Além do mais, há que se cuidar para não se cometer arbitrariedades em nome de uma falsa modernidade, que induz à adesão maciça do processo de *print on demand*, que permite a qualquer um editar, indistintamente, sem critérios de avaliação. Aliás, critérios também ausentes em muitas das 64.600 (aproximadamente) editoras virtuais, que põem na rede quaisquer textos, mediante uma única exigência: o pagamento de uma quantia pré-determinada ou comissões por acesso concedido.

Infere-se, pois, que o autor não pode deixar de ser autor ou abrir mão de seus direitos legais, a cada nova tecnologia de informação e de comunicação que se consolida. É preciso compreensão por parte dos governantes e legisladores que formas diversificadas de expressão exigem respostas e soluções também diversificadas, até porque, consensualmente, sabe-se que não há solução aplicável a qualquer situação-problema, e nem uma norma que seja válida a todas as instâncias e circunstâncias.

Finalmente, diante das profundas transformações que afetam o homem contemporâneo, em termos profissionais e pessoais, determinando, às vezes, uma total



inversão de valores, é ingenuidade pensar, como Foucault (1992) alerta, que a função-autor pode permanecer inalterada ou imune, em sua forma, complexidade e existência. Assim sendo, é preciso estar atento, enquanto autores de textos (artigos) científicos, de que é uma temeridade se deixar vencer pelas imposições das GEDs “*da vida*”, tornando-se fabricante de uma “*ciência dócil*”, segundo denominação de Carvalho e Vieira (2003). Para cumprir os parâmetros de quantidade previstos e os prazos exíguos de tempo, há visível tendência à adesão dos pensamentos dominantes e das plataformas teóricas menos polêmicas, em detrimento do inovador e novo. É como se, no âmbito da ciência, fosse possível reiterar Barthes (1998, p. 70), quando diz: “[...] para devolver à escritura o seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor.”

Resta, pois, transcrever o questionamento de Antonio (2004, p. 4): “É possível imaginar uma cultura, onde os discursos circulem e sejam recebidos sem que a função autoria apareça?” Aliás, para ele, no momento atual, o único princípio em evidência, em qualquer circunstância, parece ser: “*vale tudo!*” Mas este “*vale tudo*” não pode abrir mão da sobrevivência de um sujeito essencialmente ético!

Referências

ALTMAN, F. Trombada universitária. *Veja*, São Paulo, p. 93, 26 out. 1994.

ANTONIO, I. *Autoria y cultura posmoderna*. Disponível em <<http://bvs.sld.cu/revistas/ac>>. Acesso em: 12 jun. 2004.

ARTHUR, C. “Gênio” tecnológico é demitido por fraude. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A12, 28 set. 2003.

O AUTOR. Disponível em <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em: 12 jun. 2004.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. *O rumor da Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 65-70.

BOHN, M. Del C. R. Autores e autoria em periódicos brasileiros de Ciência da Informação. *Encontros Bibli*, Florianópolis, n. 16, p. 1-19, 2^a sem. 2003.

CALVINO, I. *Seis propostas para o próximo milênio*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.



CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. Algo está podre no Reino da Dinamarca. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 10, n. 26, p. 185-187, jan./abr. 2003.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 2 ed. Vega: Passagens, 1992.

HUTH, E. J. Irresponsible authorship and wasteful publication. Philadelphia, v. 104, n. 2, p. 257-259, Feb. 1986.

INFORMAÇÃO. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gracatargino@hotmail.com.> em 11 maio 2004.

KOCHAN, C. A.; BUDD, J. M. The persistence of fraud in literature: the Darsee case. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 43, n. 7, p. 488-493, 1992.

LANDOW, G. P. *Hipertexto: la convergência de la teoria crítica contemporânea y la tecnología*. Barcelona: Paidós, 1995.

MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

PRICE, D. J. de S. [*Little science big science*]. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

SCHUBERT, A.; BRAUN, T. International collaboration in the sciences. *Scientometrics*, Amsterdam, v. 19, n. 1/2, p. 3-10, 1990.

TARGINO, M. das G. *Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação*. 1998. 387 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília. 1998.

_____. Novas tecnologias e produção científica: uma relação de causa e efeito ou uma relação de muitos efeitos? *Datagramazero: revista de ciência da informação*, v. 3, n. 6, dez. 2002. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez.02/Art_01.htm. Acesso em: 3 jan. 2003.